

PROJETO DE LEI MUNICIPAL Nº. 182, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2011.

“Autoriza o Poder Executivo Municipal a conceder incentivos fiscais e econômicos, à empresa Eixosul – Importadora e Distribuidora Ltda., nos termos da lei municipal nº. 1.985, de 25 de janeiro de 2005, e dá outras providências”.

ERNANI DE FREITAS GONÇALVES, Prefeito Municipal de Eldorado do Sul, Estado do Rio Grande do Sul.

FAÇO SABER, que a Câmara Municipal aprovou e eu, no uso das atribuições legais que me confere a Lei Orgânica do Município, sanciono e promulgo a seguinte:

LEI

Art. 1º . Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a conceder incentivos fiscais e econômicos, nos termos da Lei Municipal nº. 1.985, de 25 de janeiro de 2.005, à empresa Eixosul – Importadora e Distribuidora Ltda., CNPJ nº. 00.391.234/0001-07, destinado à instalação da empresa e eventuais subsidiárias ou sucessoras no Município.

Parágrafo único. Os incentivos fiscais e econômicos deferidos nesta lei são os seguintes:

I- Isenção de IPTU (Imposto Predial e Territorial Urbano) pelo período de 05(cinco) anos, com possibilidade de prorrogação até dez anos, no valor de até R\$ 24.797,65 (vinte e quatro mil, setecentos e noventa e sete reais e sessenta e cinco centavos). Excetua-se nesta isenção a taxa de coleta de lixo;

II- Isenção de taxas e emolumentos incidentes sobre a construção das instalações da sede da empresa, pelo período de 05 (cinco) anos, com possibilidade de prorrogação até dez anos, no valor de até R\$ 1.000,00 (um mil reais). Excetua-se desta isenção as retenções na execução da obra na ocasião da substituição tributária;

III – Isenção de taxas de serviços no montante de até R\$ 28.000,00 (vinte e oito mil reais);

IV – Redução da alíquota do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN, para 2% (dois por cento), pelo período de 05 (cinco) anos, com possibilidade de prorrogação até dez anos;

V- Doação de área pública na zona urbana do Município, com metragem de 19.524,53 m², destinado à construção das instalações da empresa beneficiária.

Art. 2º. A área a ser doada à empresa Eixosul – Importadora e Distribuidora Ltda., encontra-se na zona urbana do Município, localizada na rua Marino Venturini, no bairro Industrial, denominada de Fração 5, objeto do amembramento das áreas das matrículas 48.337, 56.056 e 56.057 registradas no Registro de Imóveis de Guaíba, no Livro nº. 02, do Registro Geral, e posterior fracionamento destinado à empresa.

§ 1º. A fração de área de 19.524,53 m² que será doada à empresa beneficiária possui as seguintes medidas e confrontações:

“Fração 5- Uma fração de terras, situada no Bairro Industrial, sem quarteirão definido, no município de Eldorado do Sul / RS, com área de 19.524,53m² *(dezenove mil, quinhentos e vinte e quatro metros e cinquenta e três decímetros quadrados)*, confrontando ao NORTE, por 113,12m *(cento e treze metros e doze centímetros)*, com a Fração 1, destinada ao prolongamento da rua Marino Venturini; ao SUL, por 101,77m *(cento e um metros e setenta e sete centímetros)*, com área remanescente da outorgante desapropriada; ao LESTE, por 181,73m *(cento e oitenta e um metros e setenta e três centímetros)*, com a Fração 4, destinada ao prolongamento da rua Panambi, onde também fará frente; ao OESTE, por 181,98m *(cento e oitenta e um metros e noventa e oito centímetros)*, com área remanescente da outorgante desapropriada. Distante 542,76m *(quinhentos e quarenta e dois metros e setenta e seis centímetros)* da esquina formada com a Área C, desapropriada para abertura de uma rua ainda sem denominação, que lhe fica ao LESTE.”.

§ 2º. A área descrita no parágrafo anterior foi devidamente avaliada pela Comissão Permanente de Avaliação de Áreas do Município em R\$ 976.300,00 (novecentos e setenta e seis mil e trezentos reais), na data de 18 de outubro de 2011, tendo sido atualizada, aos dias de hoje, pelo IPCA(IBGE), índice oficial adotado pelo Município, estabelecido através da Lei Municipal nº. 2.825/08, chegando ao montante de R\$ 983.280,29 (novecentos e oitenta e três mil, duzentos e oitenta reais e vinte e nove centavos).

Art. 3º. A doação sobre a área descrita no artigo anterior, será formalizada atendendo aos critérios e exigências desta Lei e da Lei Municipal nº. 1.985/05, em especial aquelas contidas no artigo 4º, no que se refere à comprovação de regularidade da empresa beneficiária perante a Fazenda Pública Municipal, Estadual e Federal, o INSS – Instituto Nacional do Seguro Social, e o FGTS – Fundo de Garantia por Tempo de Serviço.

Art. 4º. À área descrita no art. 2º. desta Lei, é vedado dar utilização diversa da prevista na cabeça do art. 1º. do presente diploma legal, assim como transferir, a qualquer título, abandonar ou desativar a unidade instalada no Município, antes de transcorrido tempo igual ao de gozo do benefício, contado a partir do encerramento do mesmo.

Parágrafo único. Ocorrendo a previsão constante na cabeça deste artigo, o Município está autorizado a aplicar pena de multa correspondente ao valor dos tributos já concedidos e desfazimento da doação do bem imóvel, sem direito a indenização, à empresa beneficiária, por parte do Município, sobre as benfeitorias realizadas no local que não possam ser retiradas e/ou restituídas.

Art. 5º. A empresa beneficiária terá o período de 12 (doze) meses, a contar da assinatura do Termo de Concessão de Incentivos, para dar início às suas atividades comerciais no Município.

Parágrafo único. Em ocorrendo situações fortuitas ou de força maior, poderá a empresa beneficiária, através de requerimento fundamentado, solicitar a prorrogação do prazo descrito na cabeça deste artigo, uma única vez, por igual período, sendo condicionado esta concessão a análise pela Secretaria da Fazenda e Procuradoria Jurídica, com a concordância do Prefeito Municipal que estiver em exercício.

Art. 6º. No caso de a empresa beneficiária não iniciar suas atividades comerciais no prazo estabelecido no artigo anterior e não requerer a prorrogação contida no parágrafo único do mesmo artigo, deverá o Município operar a previsão estabelecida no artigo 562 do Código Civil Brasileiro, bem como no parágrafo único, do art. 59, da Lei Orgânica Municipal, revogando a doação por inexecução do encargo, não ensejando à empresa beneficiária qualquer direito sobre as benfeitorias realizadas no local que não possam ser retiradas e/ou restituídas.

Art. 7º. A continuidade dos benefícios fiscais e econômicos de que trata o parágrafo único, do artigo 1º., desta Lei, fica condicionada à comprovação das seguintes previsões:

I- Do retorno do Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços – ICMS, que deverá ser verificado a partir do início das atividades comerciais da empresa no Município.

II- Do início das atividades comerciais da empresa nos prazos estabelecidos no artigo 5º. desta Lei;

III- Da utilização da área doada para fins exclusivos de instalação e funcionamento da empresa e eventuais subsidiárias ou sucessoras.

Parágrafo único. A verificação de retorno do ICMS de que trata o inciso I deste artigo, deverá ocorrer através da análise das GIAS – Guia Informativa Anual Modelo B, emitidas pela Secretaria Estadual da Fazenda, ou da DASN – Declaração Anual do Simples Nacional, emitidas pela Secretaria Nacional da Receita Federal, conforme o enquadramento fiscal da empresa, ficando sob responsabilidade da Secretaria da Fazenda Municipal proceder esta verificação e análise, até os seis meses anteriores ao término dos primeiros 05(cinco) anos de concessão dos incentivos fiscais.

Art. 8º. Ao fim dos 5 (cinco) anos da data de assinatura do Termo de Incentivos Fiscais e Econômicos, verificado que não houve o retorno, por parte da empresa beneficiária, do montante do valor total dos incentivos concedidos pelo Município, deverá a empresa beneficiária recolher aos cofres públicos municipais o valor correspondente aos benefícios obtidos, devidamente atualizados pelo IPCA(IBGE), índice oficial adotado pelo Município, estabelecido através da Lei Municipal nº. 2.825/08, ou o índice oficial que vier a substituí-lo.

Art. 9º. Como contra-partida aos incentivos fiscais e econômicos concedidos pelo Município, a empresa Eixosul – Importadora e Distribuidora Ltda. se obriga a:

I- Contratar, até o fim do primeiro ano de início das suas atividades comerciais no Município, e manter, durante o período em que gozar dos benefícios fiscais e econômicos, 130 (cento e trinta) postos de trabalho diretos e 35 (trinta e cinco) indiretos, devendo ser dado preferência para moradores do Município de Eldorado do Sul;

II – A transferir o licenciamento dos veículos de propriedade da empresa beneficiária para o Município, no prazo de até 90 (noventa) dias, contados do início das suas atividades no Município, bem como os demais veículos que venha a adquirir em nome da empresa.

Art. 10. O descumprimento das obrigações previstas nesta Lei ensejará a perda dos incentivos deferidos no parágrafo único do art. 1º, a partir do momento em que se concretizou o descumprimento, devendo a empresa beneficiária recolher aos cofres públicos municipais o valor correspondente aos benefícios obtidos, devidamente atualizados pelo IPCA(IBGE), índice oficial adotado pelo Município, estabelecido através da Lei Municipal nº. 2.825/08, ou o índice oficial que vier a substituí-lo.

Parágrafo único. Os valores de que trata a cabeça deste artigo serão computados desde a data da concessão, até o retorno aos cofres públicos, podendo ser parcelado, de acordo com a legislação municipal vigente à época.

Art. 11. Comprovada a má fé na utilização dos incentivos concedidos nesta Lei, o Poder Público exigirá a imediata reposição do montante concedido

a título de incentivo fiscal, acrescido de multa de 10% (dez por cento), incidente sobre o total, sem prejuízo de outras penalidades legais cabíveis, bem como procederá a imediata revogação da doação sobre a área descrita no art. 2º da presente Lei, não ensejando à empresa beneficiária qualquer direito sobre as benfeitorias realizadas no local que não possam ser retiradas e/ou restituídas.

Art. 12. Em caso de alteração no ato constitutivo da empresa beneficiária, desde que verse exclusivamente sobre alteração de sua denominação social, não será necessária alteração na legislação que concede os incentivos econômicos à empresa Eixosul – Importadora e Distribuidora Ltda..

Parágrafo único. Cabe à empresa beneficiária fornecer ao Município cópia autenticada das alterações que venham a ocorrer em seu ato constitutivo, devidamente registradas na Junta Comercial do Estado do Rio Grande do Sul, devendo ser elaborado termo aditivo ao Termo de Concessão de Incentivos Fiscais e Econômicos para fazer constar essas alterações.

Art. 13. A empresa beneficiária, para manutenção dos incentivos previstos nesta lei, deverá manter a regularidade fiscal, econômica e cadastral, em perfeitas condições, devendo apresentar as certidões e documentos contábeis que forem requisitados, cabendo a análise destes à Secretaria da Fazenda e à Procuradoria Jurídica do Município.

Art. 14. Esta lei entra em vigor na data da sua publicação.

Eldorado do Sul, 16 de dezembro de 2011.

ERNANI DE FREITAS GONÇALVES.
Prefeito Municipal.

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE.

SIGRID PESENATTO.
Secretária da Administração.

Publicada em ____/____/____

EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS.

Estamos encaminhando a essa Egrégia Câmara, o Projeto de Lei Municipal nº. 182, de 16 de dezembro de 2011, que *“Autoriza o Poder Executivo Municipal a conceder incentivos fiscais e econômicos, à empresa Eixosul – Importadora e Distribuidora Ltda., nos termos da lei municipal nº. 1.985, de 25 de janeiro de 2005, e dá outras providências”*.

O presente projeto de lei visa buscar autorização legislativa para conceder incentivos fiscais e econômicos a empresa privada, nos moldes da lei municipal nº. 1.985, de 25 de janeiro de 2005, visando trazer incremento de receitas, empregos e, conseqüentemente, melhoria na qualidade de vida dos cidadãos do Município.

A empresa beneficiária demonstrou regularidade perante os fiscos municipal, estadual e federal, bem como frente ao INSS e Fundo de Garantia, mostrando-se idônea e confiável, atendendo o que determina a lei municipal nº. 1.985, de 25 de janeiro de 2.005, devidamente demonstrado através do Processo Administrativo nº. 93.905.

Visando atender o que determina o artigo 1º da Lei Municipal 1.985, de 2005, a empresa beneficiária apresentou o respectivo projeto para a análise da concessão de benefícios fiscais e econômicos, onde constaram: propósito da empresa, estudo de viabilidade econômico-financeira da instalação da empresa, previsão de geração e incremento na arrecadação de impostos municipais, cronograma de implantação e execução do empreendimento, geração de empregos, mercado consumidor, assim como, faturamento anual e projetado.

Quanto a doação sobre a área descrita neste Projeto de Lei, área esta pertencente ao Município, é forma de incentivo econômico previsto na legislação municipal acima citada e se justifica pelo retorno que a empresa beneficiária Eixosul – Importadora e Distribuidora Ltda., trará ao Município, demonstrado através da análise de incentivos realizada pela Secretaria da Fazenda do Município.

Conforme dados econômicos e sociais apresentados pela empresa, existe a expectativa de geração de cerca de 130 (cento e trinta) novos postos de trabalho diretos e 35 (trinta e cinco) indiretos, já no primeiro ano de funcionamento desta no Município.

Não bastasse este aumento nos postos de trabalho pretendidos pela empresa beneficiária, é preciso ser considerado o montante a ser arrecadado com o retorno do ICMS (Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços) ao Município, reflexo das atividades desenvolvidas pela empresa.

Cabe ressaltar, que após a análise dos valores projetados de vendas descontadas as compras igual ao valor adicionado, verificou-se uma média de retorno de ICMS ao Município, de aproximadamente, R\$ 404.740,82 (quatrocentos e quatro mil, setecentos e quarenta reais e oitenta e dois centavos) anuais, que projetados por um período de 05 anos poderão chegar a, aproximadamente, 2.023.704,11 (dois milhões, vinte e três mil, setecentos e quatro reais e onze centavos).

O impacto estimado no índice de retorno do ICMS será de, aproximadamente, 2,83% ao ano, adicionando um valor de 0,015836% no índice a ser apurado, após o segundo ano de operação.

Relativo ao recolhimento do ISSQN, a alíquota de enquadramento no Município, conforme o Código Tributário Municipal, é de 4% e, com a concessão da redução para a alíquota de 2%, a Secretaria da Fazenda projetou um incremento na ordem

de R\$ 753.000,00 (setecentos e cinquenta e três mil reais) ao final dos cinco anos de concessão dos incentivos fiscais.

Nota-se uma retomada do crescimento, devido as ações implementadas nesta gestão administrativa. É mister continuarmos perseguindo o aumento da receita municipal, tendo em vista a necessidade de investimentos em todas as áreas da administração pública, visando o progresso e crescimento do Município de Eldorado do Sul.

A instalação de novas empresas no Município, através de projetos como este, tem proporcionado o incremento, de forma significativa, das receitas municipais, como taxas, impostos diretos e repasses estaduais e federais, impulsionando o desenvolvimento econômico, aumentando os postos de trabalho e proporcionando recursos para investimentos na melhoria da infra-estrutura local, gerando melhoria na qualidade de vida dos munícipes.

Neste contexto, uma vez que os incentivos propostos estão previstos na lei municipal nº. 1.985/05, e não há infringência ao disposto na Lei de Responsabilidade Fiscal, sobretudo em seu artigo 14, entendemos ser este projeto de lei meio adequado, legal e eficiente, destinado a atrair novas empresas ao Município, com o conseqüente aumento de arrecadação.

Contando com a costumeira apreciação dos Nobres Edis, encaminhamos o presente projeto de lei para análise e aprovação.

Atenciosamente.

ERNANI DE FREITAS GONÇALVES.
Prefeito Municipal.